

Exmo. Sr. Prof. Dr. Acadêmico Luiz Andrade, Presidente da Academia Pernambucana de Letras Jurídicas

Exmo. Sr Des. Jones Figueiredo Alves, em cujo nome cumprimento todos os Acadêmicos presentes

Exmo. Sr. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves, em cujo nome cumprimento todos os integrantes do Poder Judiciário, magistrados e servidores;

Exmo. Sr. Dr. Silvio Neves Batista, advogado e acadêmico em nome do qual eu saúdo todos os advogados e operadores do Direito

Queridos amigos, que deixaram seus afazeres e vieram me prestigiar e aumentar ainda mais a alegria que sinto por ter sido eleita para a Cadeira nº 49 desta prestigiada Academia

Queridos familiares, meus pais, Eurico e Edina, meus irmãos Adriana e Euriquinho, meus tesouros filhos amados Maria Fernanda e Luciano, seu pai, Luciano Ferraz, primos, tios que sempre estiveram ao meu lado, em todos os momentos da minha vida.

Antes de expressar os meus sentimentos, gostaria, primeiramente, de tecer algumas palavras sobre o patrono da Cadeira nº 49 e da anterior ocupante, para honrar a sua memória, como manda a tradição da imortalidade dos membros da Academia.

O patrono da Cadeira, Dr. Urbano Vitalino, nascido em 1940, foi Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco – 1964. Bacharel em Filosofia, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Católica de Pernambuco – 1962. Professor concursado da Universidade Federal de Pernambuco. Tem livros publicados e vários trabalhos editados em Revistas Jurídicas especializadas no Brasil e Exterior. Faleceu em 30 de julho de 2004. Muito me honra ocupar a cadeira patrocinada por esse grande jurista.

Já a desembargadora Helena Caúla, nasceu em 1940, no Ceará. Em 13 de fevereiro de 1959, iniciou sua carreira no sistema público pernambucano, antes da formação na área jurídica. Formou-se em Odontologia e Direito, ambos pela Universidade Federal de Pernambuco nos anos de 1962 e 1967, respectivamente. Na mesma universidade fez Mestrado em Direito e Doutorado em 1968. Foi Procuradora de Justiça, professora da UFPE nas áreas de Direito, Odontologia e Farmácia. Em 13 de agosto de 2001, ocupou a função de desembargadora do TJPE marcando a história do nosso Estado ao ser a primeira mulher a ocupar esse cargo no TJPE, na vaga destinada ao Ministério Público pelo Quinto Constitucional. Em 2010, aposentou-se do cargo.

Tive a honra de ter sido aluna dessa grande mulher, na cadeira de Medicina Legal, na Faculdade de Direito do Recife. A ela, minhas sinceras homenagens a mulher guerreira, à frente do seu tempo,

Ao ser eleita para Academia, tive o interesse em saber um pouco da história da Academia, cuja palavra, etimologicamente, vem do grego “Hekas”, que significa distante e “demos”, que significa povo.

“A primeira academia foi uma escola fundada, próxima a Atenas, quase quatro séculos antes de Cristo, por Platão e dedicada às musas. Era formada por uma biblioteca, uma casa e um jardim. Pela tradição, o jardim teria pertencido ao herói ateniense Academus, da guerra de Tróia, nome que deu origem ao termo “academia”. Nessa escola, de maneira informal, mestres e discípulos trocavam experiências sobre filosofia, matemática, música, astronomia e legislação. Os jovens seguidores do filósofo dariam continuidade a esse trabalho que viria a se constituir num dos capítulos mais importantes da história do saber ocidental.

As mais conhecidas academias gregas foram a Antiga Academia, fundada por Platão, que teve como um dos seus discípulos Aristóteles; a chamada Academia do Meio, fundada pelo filósofo platônico grego Arcesilaus; e a Nova Academia, fundada pelo filósofo grego Carneades. Essa tradição, que deu origem a todas as academias e universidades de ensino superior do Ocidente, foi interrompida com o seu fechamento pelo imperador romano Justiniano, em 529 depois de Cristo.

Nos séculos XIII e XIV, quando o renascimento começou a tirar a Europa das trevas da Idade Média, seguindo a tradição clássica, diversas academias de poetas e artistas começaram a se estabelecer na França e Itália. A mais famosa, a Accademia Platônica, fundada em Florença por volta de 1440, se dedicou a aprofundar o discurso da obra de Platão, Dante e do aprimoramento da língua italiana.

Em 1635, com a finalidade de tornar a língua francesa “pura, eloqüente e capaz de tratar das artes e ciências”, com autorização do rei Luís XIII, o Cardeal Richelieu funda a Academia Francesa, que até hoje serve de base para todas as outras academias. Constituída por 40 cadeiras, cujos ocupantes perpétuos são eleitos pelos mais antigos, depois de apresentarem suas qualificações. É interessante ressaltar que durante o discurso de posse, o novo acadêmico tem de lembrar os seus antecessores. Provavelmente, devido a essa lembrança, que sempre tem de ocorrer, surgiu a origem da enigmática expressão “acadêmico imortal”. FUNDAÇÃO Joaquim Nabuco. Disponível em <http://www.fundaj.gov.br/notitia/>

Especificamente a Academia Pernambucana de Letras Jurídicas foi fundada às 20 horas do dia 03 de maio de 1976, no Salão Nobre da Faculdade de Direito do Recife, por 16 maiores juristas do Estado de Pernambuco, à época, todos integrantes da sua primeira Diretoria, presidida pelo eminente e saudoso professor Torquato de Castro. A partir de 28 de agosto de 1979, a Academia ficou inativa, retomando os trabalhos apenas vinte anos depois, mais precisamente, no dia 26 de fevereiro de 1999, sob a presidência do Professor Pinto Ferreira. Está agora agasalhada na Faculdade de Ciências Humanas de Pernambuco e busca o cultivo do direito a prática da legalidade, o culto da Constituição e o fortalecimento do Estado Social de Direito. Ela conta com 53 cadeiras, ocupadas por Membros Efetivos eleitos em escrutínio, dentre os quais me coloco, com muito orgulho e alegria, a partir desta data.

Após essas considerações, gostaria de tentar expressar meus sentimentos neste momento tão significativo, que a vida me premiou. E claro, vêm as lembranças de todo o caminho percorrido.

O primeiro sentimento é de gratidão, gratidão a Deus, porque sem fé o homem não é nada; Gratidão à minha família, aos meus amados pais Eurico e Edina, a quem eu devo tudo que sou hoje. Sempre foram pais presentes, exemplares, apoiadores, afetuosos, entusiasmados, incentivadores, faladores as vezes em excesso kkkkkkk, e me ensinaram o que eu acho que deve ser a nossa finalidade nesta passagem pelo mundo: fazer o bem. Tenho muito orgulho de vocês, meus amados. Meus irmãos, Euriquinho e Adriana, que até perguntam se somos gêmeas de tão unidas que somos, embora ela seja um pouco mais nova, que sempre me amaram e me respeitaram e juntamente com os nossos pais conseguimos viver em harmonia e criar um ambiente equilibrado para que pudéssemos crescer, estudar e nos firmar profissionalmente. Sem este ambiente familiar de afeto e proteção, creio que não seria possível a nossa realização pessoal. Aos meus filhos, Maria Fernanda e Luciano, aos quais eu dedico toda a minha vida e que sempre estão em meu pensamento, na esperança de poder, juntamente com seu pai, educa-los para serem cidadãos de bem e pessoas felizes. Amo vocês!

Aos 17 anos, estudando para o vestibular, ainda me quedei em dúvida Direito ou Medicina. Era natural que a opção por Direito vencesse. Tinha um exemplo de sucesso e perseverança dentro de casa. Tinha livros. Tive acesso a cursos preparatórios e fui aprovada no curso de Direito da prestigiosa Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco.

Lembro-me do susto nos primeiros dias de aula, com os acadêmicos e grandes juristas, Marcelo Neves, ocupante da Cadeira de nº 45 e João Maurício Adeodato, ocupante da Cadeira de nº 33. O primeiro falava de alopoiese e autopoiese do Direito, o segundo da teoria kelseniana. Voltava para casa com a sensação de que eles falavam grego. Também fui aluna do Des. Artur Pio dos Santos Neto, ocupante da Cadeira de nº 30, na disciplina de Iniciação à Economia, do Prof. Palhares Moreira Reis.

Os anos foram se passando e cada dia tomava mais gosto pelo Direito. Tive a honra de estudar Direito Civil durante 4 anos com o prof. Silvio Neves Batista, ocupante da Cadeira de nº 25, que contribuiu imensamente para a minha formação jurídica e o gosto pelo direito privado. Fui monitora do Des. José Antônio Macedo Malta, ocupante da Cadeira de nº 35, na disciplina de Direito Processual Civil, com o qual aprendi muito e soube muitas histórias de juristas do passado. Fui aluna da acadêmica Desa. Margarida Cantarelli, ocupante da Cadeira de nº 29, do Des. Federal Manoel de Oliveira Erhardt, ocupante da Cadeira de nº 07, do queridíssimo prof. Francisco Queiroz, Diretor da faculdade de Direito e que sempre me apoiou na jornada acadêmica. São tantos os professores que contribuíram para a minha formação jurídica que me perdoem não ter mencionado todos, sendo verdade que TODOS SEM SOMBRA DE DÚVIDA fizeram a diferença na minha carreira. A eles, o meu eterno agradecimento.

Tive a alegria de fazer muitos amigos, com os quais dividimos os estudos, diversão, viagens, alegrias e aflições. Sempre fui responsável, mas não era o que hoje chamam de “nerd”. Minhas eternas amigas, continuamos juntas! Obrigada por existirem na minha vida. Beijos no coração.

Ao me formar, tive a honra de receber a láurea universitária, da minha turma de graduação. Embora nunca tenha sido o objetivo, foi um momento muito gratificante.

Tomei o rumo do concurso público. Já sai da faculdade aprovada no concurso de procurador autárquico federal da SUDENE e com a ajuda do então Presidente da OAB, Aluísio Xavier, ocupante da cadeira de nº 05 desta Academia, pude antecipar a prova da ordem e tomar posse no cargo público. Era bem jovem, com apenas 22 anos, mas adorava o que fazia. Lá tive a oportunidade de trabalhar com o acadêmico ocupante da Cadeira de nº 03, Prof. Fernando Araújo, que comandava muito bem o time.

Continuei os estudos e fui aprovada no concurso de procurador do Estado de Pernambuco, juntamente com os acadêmicos Luciana Grassano e Walber Agra, também acadêmicos, instituição em que permaneci por 5 anos e da qual guardo ótimas lembranças e grande aprendizado. E claro, grandes amigos. Na época, ensaiei a advocacia, no escritório Norões Advogados Associados, com Thiago Norões, tempo de muito aprendizado.

Depois, veio a magistratura. Confesso que tive dúvidas em deixar a procuradoria do Estado. Mas a vocação falou mais alto. E na magistratura sou muito realizada com a nobre função de procurar fazer justiça. Igualmente na magistratura, tenho a honra de conviver com ilustres nomes dessa Academia como o Des. Jones Figueiredo Alves, ocupante da Cadeira de nº 24 um dos maiores juristas deste país e com quem eu aprendo sempre e pelo qual nutro grande estima e admiração; Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves, ocupante da Cadeira de nº 13, grande figura humana, processualista, magistrado, que eu tive a oportunidade de assessorar e me enriquecer como magistrada, aprendendo a ser firme sempre, a quem dispenso todo meu carinho e gratidão, os Des. Jovaldo Nunes, ocupante da Cadeira de nº 11, Des. José Napoleão Tavares de Oliveira, ocupante da Cadeira nº 38, o qual me empossou na magistratura, Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima, ocupante da Cadeira de nº 37, Des. Zamir Machado Fernandes, ocupante da Cadeira de nº 50, Des. Francisco Eduardo Gonçalves Sertório Canto, ocupante da Cadeira de nº 27, os colegas magistrados Alexandre Freire Pimentel, ocupante da Cadeira de nº 31, Brasílio Antônio Guerra, ocupante da Cadeira de nº 19, Carlos Alberto Berriel Pessanha, ocupante da Cadeira de nº 20, Marupirajara Ramos Ribas, ocupante da Cadeira de nº 14, Jackson Borges de Araujo, ocupante da Cadeira de nº 08. Não posso deixar de frisar enquanto Des. Substituta no TJ-PE a atuação como Procuradora de Justiça, da querida acadêmica Nelma Ramos Maciel Quaiotti, ocupante da Cadeira de nº 23.

Paralelamente, segui a carreira acadêmica passando por especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Fui aluna dos mais renomados mestres, como o acadêmico Des. Sérgio Torres Teixeira, ocupante da Cadeira nº 16, prof. Ivo Dantas, ocupante da Cadeira de nº 18\_ do que se pode dizer da “nata” jurídica

brasileira e, no exterior, de grandes nomes internacionais. A experiência internacional me deu o sentimento da grandeza da nação que somos e de que se cada um fizesse a sua parte poderíamos sim ser um país melhor. Ao invés de desprezar o Brasil, me deu mais gana de fazer alguma coisa pelo nosso país.

Claro que nenhum título vem sem sacrifício. Noites sem dormir estudando para conciliar o trabalho, a academia e os filhos. Finais de semana de leitura e pesquisa. Morar no exterior com crianças pequenas, que precisaram se adaptar. Foram e serão sempre muitos desafios!

A carreira acadêmica me despertou o interesse pelo magistério. Para que estudar tanto, aprender tanto para deixar todo o aprendizado guardado? Entendi que fui privilegiada, estudei em universidade pública, mesmo tendo condições financeiras de pagar particulares, o Estado e a sociedade investiram em mim e com isso me sinto na obrigação de proporcionar algum retorno e de fazer a diferença na sociedade. No início da Jornada do magistério

A profissional que sou hoje não foi planejada. A vida foi me conduzindo. Tudo que conquistei foi produto de muito esforço e dedicação. A luta é sempre árdua. Porém, tudo se torna mais fácil quando amamos o que fazemos. E eu amo o Direito! Me considero realizada e vitoriosa com as escolhas que eu fiz, mas não menos responsável e ciente da importância do meu papel.

Na magistratura, tenho procurado seguir as lições de Ulpiano de que justiça é “dar a cada um o que é seu” e que devemos usar o nosso poder para concretizar os direitos e garantias fundamentais assegurados pela Constituição. O papel de pacificar os conflitos sociais é de extrema relevância e um dos pilares para uma sociedade, fraterna, justa e igualitária. Mas o que é Justiça? Para Platão, a justiça estava relacionada a “um mundo dos atos perfeitos”. Já para Aristóteles, a ideia de Justiça é proveniente das experiências mundanas ao passo que caminha junto com o Direito e pode modificar-se ao longo do tempo e em razão do espaço. Segundo Kant, a ideia de justiça está ligada à liberdade e autonomia. E muitos os juristas e filósofos como Kelsen, Habermas, Perelman, Rawls, etc continuaram a tentar conceituar JUSTIÇA. E até hoje o Direito persegue esse ideal.

Os novos tempos desafiam o Direito e os operadores do Direito. Novas tecnologias, celeridade, imediatismo, superficialidade, depois a pandemia, tudo isso nos esforça a interpretarmos o mundo e as relações de maneira diferente. Nada mais é como antes. O impacto no mundo jurídico, evidentemente, não passou despercebido. Todos nós, operadores do Direito, ou acadêmicos vivemos o desafio de concretizar a justiça. E hoje, sendo o dia do escritor, 25 de julho, penso que como escritores e juristas sempre buscamos concretizar esse ideal.

Como jurista e estudiosa do Biodireito e da Bioética (o que me fez ter contato com profissionais da área de saúde, que sempre me fascinou), preocupo-me com a ideia fundante de qualquer ordenamento jurídico que é o respeito à dignidade da pessoa humana sob as mais diversas facetas. Dignidade enquanto cidadão, dignidade enquanto membro de uma comunidade religiosa, dignidade

enquanto membro de uma família, dignidade enquanto paciente, dignidade enquanto profissional, dignidade enquanto pais e enquanto filhos, dignidade enquanto criança, adolescente ou idoso, dignidade enquanto autor, enquanto réu, enquanto pertencente à determinada raça, classe social, sexo, gênero, enquanto destinatário da norma jurídica, enfim enquanto ESPÉCIE HUMANA, mas não de forma isolada, em contexto com o meio-ambiente e demais seres vivos que formam o nosso planeta.

Por isso tudo, lamento a crise de HUMANIDADE e o excesso de valorização do que é efêmero. Precisamos usar nosso conhecimento para garantir a igualdade, combatendo o sexismo, o preconceito, a discriminação, a violência, a desonestidade, a deslealdade, a falta de ética, o desrespeito, a desumanidade. Precisamos utilizar do nosso conhecimento para transformar a realidade de modo positivo e, assim, contribuir para a construção de um mundo melhor.

Eu nunca vou perder a esperança de que os valores constantes da nossa Constituição Federal se efetivem e de que possamos viver, de fato, em um Estado que garanta direitos fundamentais dos cidadãos e consagre a DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

Repito. Sinto-me muito honrada e orgulhosa de ter o meu trabalho reconhecido; tenho noção da grandiosidade desse espaço que passo a ocupar, escrevendo meu nome na Academia de tantos juristas renomados e, ao mesmo tempo, recebo como estímulo e incentivo a continuar prezando pela concretização de valores como ética, lealdade, respeito, união e da dignidade da pessoa humana.

Para finalizar, reitero os agradecimentos a todos aqui presentes, reconhecendo que nesse caminho eu nunca estive sozinha e seguirei nele com o apoio de todos vocês. E termino com uma frase de Platão, que foi o responsável pela criação da primeira Academia da Humanidade: A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que deve fazer do seu próprio conhecimento.

Muito obrigada!!!!